



www.imprensaoficial.com.br

NOTA 10 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

	R\$ mil	
	2014	2013
Fornecedores	2.076	1.985
Contas a pagar	38.994	6.991
Total	41.070	8.976

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 2014 é de R\$126,8 e R\$135 milhões respectivamente, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezotoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Esta será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre a aplicabilidade do excesso em relação ao capital social integralizado, conforme prevalece nos Artigos 178 e 199 da Lei nº 11.638/07.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 29 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociiedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 2014, os acionistas aprovaram a distribuição de R\$ 11,3 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado apurado no período do exercício de 2014. A administração propôs à Assembleia Geral dos Acionistas o complemento de dividendos mínimos

obrigatórios do exercício de 2014 e que os juros sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas de expedição pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como Despesas Financeiras e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

NOTA 12 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

	Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil)				
	2014		2013		Var. %
Custo/Despesas	R\$ 209.746	100,0%	R\$ 191.818	100,0%	
Custo dos produtos vendidos	115.555	55,1%	93.548	48,8%	23,5%
Despesas com vendas e marketing	4.046	1,9%	4.193	2,2%	(3,5)%
Despesas administrativas	74.793	35,7%	76.385	39,8%	(2,1)%
Despesas Financeiras	11.724	5,6%	11.838	6,2%	(1,0)%
Outras despesas operacionais	3.628	1,7%	5.854	3,0%	(38,0)%
Receita Líquida	R\$ 302.836		R\$ 267.953		13,0%

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	R\$ mil			
	Receíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes	-	197.995	197.995	187.001
Impostos compensáveis	-	3.040	3.040	2.803
Despesas antecipadas	-	442	442	449
Ativo financeiro	38.857	-	38.857	16.637
Total	38.857	201.477	240.334	206.889

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Imprensa Oficial do Estado S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis de acordo com as normas internacionais adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações

contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imprensa Oficial do Estado S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÃO O VALOR ADICIONADO

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sobre responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 14 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015.

PARTWORK
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 026625/O-6
Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves
Contadora
CRC nº 1 SP 195.611/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentadas nas verificações realizadas nos balanços mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2015, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.
Gilberto Souza Matos
Jayme Gimenez
Neiva Aparecida Doretto
Conceição Aparecida Fileti Fraga

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a classificação dos passivos financeiros por categoria é a seguinte:

	R\$ mil	
	2014	2013
Passivos financeiros	Total	Total
Fornecedores e contas a pagar	41.070	8.976
Salários e encargos	8.855	9.500
Impostos e obrigações fiscais	29.012	23.253
Total	78.937	41.729

Gestão de riscos

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentadas nas verificações realizadas nos balanços mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2015, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Moacir Rossetti
Orlando de Assis Baptista Neto
Laura Margarida Josefa Laguna
Marcelo Mattos Araújo
Marcio Abujamra Ath
João Afonso Solis
Maria Felisa Moreno Gallego

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

Maria Felisa Moreno Gallego
Diretora-Presidente em Exercício
Richard Vainberg
Diretor Administrativo e Financeiro
Ivail José de Andrade
Diretor Industrial
Adilson Castro de Souza Rocha
Gerente Financeiro
Airton Correia de Andrade
Contador - CRC 1SP 200808/O-1

A OSS-SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DE CARVALHO FLORENCE convide as empresas interessadas em participar da **Tomada de Preços nº SE 05/2015** para prestação de serviços de manutenção de veículos automotivos com Manutenção Preventiva e Corretiva para o Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence. O Edital estará à disposição dos interessados **SOAMENTE** no dia 24/03/2015, das 09:00 horas às 16:00 horas, na Av. Brigadeiro Luís Antônio nº 2.651, 2º andar, Gestão de Contratos, Tel.: (11) 3170-6251.



AVISO AOS ACIONISTAS
A COMPANHIA DO METRÔ URBANO DE SÃO PAULO - METRÔ, comunica que se encontra a disposição das senhoras acionistas da Sociedade, na Rua Boa Vista nº 175 - Bloco B - 7º andar, nesta Capital, os documentos referidos no Artigo 133 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
São Paulo, 17 de março de 2015
CLODDALDO PELISSONI
Presidente do Conselho de Administração



Eletrabras
Ministério de Minas e Energia
BRASIL
PATRIA EDUCADORA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 16/2015-Serviços
Objeto: Contratação de serviços de substituição de medidores sílvos ramais de UC de BT no âmbito do Subprojeto 1.2.3 do Projeto Energia +, para atender à Eletrabras Amazonias Energia. Data realização: 07/04/2015, às 10:00 horas, referência Brasília-DF. Edital: www.licitacoes.com.br informações: energiamais.licitacao@eletrabras.com, fone: (0xx 06) 3228-6250.
Terminar: (P), 17 de março de 2015
JOSÉ EDILSON CARVALHO DA ROCHA
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
COMISSÃO DE JUDGAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
EDITAL DO PREGÃO Nº 09/2015
PROCESSOS/CMSP Nº(s): 873/2014
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL
OBJETO: Contratação de serviços profissionais de intérprete e tradutor da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para atuar em eventos da Câmara Municipal de São Paulo, conforme descrição, quantidades e condições constantes do Anexo I - Termo de Referências - Especificações Técnicas, parte integrantes do Edital.
VISTORIA: Nos dias úteis, no período de 20/03/2015 a 31/03/2015, das 11h às 17h, devendo ser agendado previamente pelo telefone (11) 3396-4932.
LOCAL, HORÁRIO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Sala Dr. Oscar Pedrosa Horta, 1º subsolo do Edifício da Câmara Municipal de São Paulo, Vazio, Jacareí, 11h às 14h00 de 09/04/2015.
- Poderá o interessado obter o edital, gratuitamente, através do "site" da Câmara Municipal de São Paulo: <http://www.camara.sp.gov.br>, ou solicitar via "e-mail" através do endereço eletrônico: cc@camara.sp.gov.br.
- Para eventuais consultas ao edital, o mesmo estará disponível, em seu site, no Vazio, Jacareí, 10h, 13h, e 1307 (tel.: 3396-5099), das 11h00 às 17h00.

SERVIÇO FOLHA-IOB/SAGE

Saiba quem deve declarar o IR com certificado digital

Utilização é obrigatória para todos os que receberam rendimentos acima de R\$ 10 milhões no ano passado

Essa renda equivale a receber R\$ 833,3 mil por mês; se preferir, todo contribuinte pode usar certificado digital

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A entrega da declaração do IR pode ser feita com o uso de certificado digital. Essa sistemática facilita a vida do contribuinte no seu relacionamento com a Receita.

Essa é uma opção do contribuinte. Mas, para uma parcela de contribuintes, essa forma de entrega é obrigatória.

Neste ano, está obrigado a usar certificado digital o contribuinte que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

a) recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste anual, isentos e não tributá-

veis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 10 milhões em 2014 (média de R\$ 833,3 mil por mês);
b) realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas, quando constituam dedução na declaração, ou a pessoas físicas, quando constituam, ou não, dedução na declaração, cuja soma superou R\$ 10 milhões em 2014, em cada caso ou no total.

38 - Minha mulher tem microempresa sem faturamento e começou a trabalhar no final de 2014. Posso lançar ela e dois filhos como meus dependentes? (N.R.S.).

Sim, mas a renda dela tem de ser informada na sua declaração. Dependendo do valor que ela recebeu, pode não ser vantajoso (faça uma simulação). Quanto aos filhos, depende da idade de

les. Podem ser dependentes os com até 21 anos; até 24 anos, desde que cursarem ensino superior ou ensino médio técnico; ou de qualquer idade, desde que incapacitados para o trabalho.

39 - Paguei um plano de odontologia para uma amiga. Posso abater o valor? Posso incluir meu pai, de 65 anos, como dependente e informar sua renda como isenta? (F.F.).
A despesa com odontologia não pode ser lançada, pois ela não é sua dependente. Os pais só podem ser considerados dependentes na declaração dos filhos desde que tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 21.453,24.

Saiba mais sobre o IR

folha.com.br/ir2015
Perguntas devem ser enviadas para o e-mail mercado.folha@uol.com.br

NA INTERNET

Mais Folha na web

RIO-NITERÓI
A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) habilitou todas as seis empresas que apresentaram proposta a participar do leilão de concessão da ponte Rio-Niterói, trecho da BR-101 no Rio, que ocorrerá nesta quarta-feira (18). Vence quem oferecer a menor tarifa de pedágio, que tem o teto de R\$ 5,19 no leilão. A tarifa para atravessar a via de 13,5 quilômetros está atualmente em R\$ 5,20. A ponte foi a primeira concessão rodoviária após a Constituição de 1988. A CCR conseguiu a administração em 1995
folha.com.br/n01604175

IKEA
A rede de móveis sueca Ikea acabou com a graça de milhares de holandeses ao proibir uma brincadeira de esconde-esconde em seus corredores que mais pareciam labirintos. O evento foi convocado pelo Facebook e era inspirado no jogo feito em loja da rede na Bélgica. A porta-voz da Ikea, a maior varejista de móveis do mundo, disse ao site da Bloomberg que era difícil controlar a brincadeira. "Precisamos garantir que as pessoas estejam seguras em nossas lojas e fica difícil se não soubermos onde elas estão", disse Martina Smedberg. O jogo teve mais de 32 mil confirmações no convite no Facebook para a loja de Eindhoven
folha.com.br/n01604092